

## Ata 73ª Reunião Ordinária da CONABIO

1. ABERTURA: Nos dias 25 a 28 de novembro de 2024, foi realizada de modo híbrido (virtualmente, pela Plataforma Microsoft Teams e, presencialmente, no Auditório Ipê Amarelo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA), a 73ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Biodiversidade, CONABIO.

Estavam presentes os membros: **Rita de Cássia Guimarães Mesquita**, Secretária Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais – SBIO/MMA; **Bráulio Ferreira de Souza Dias**, Diretor do Departamento de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade - DCBIO/SBIO/MMA; **Gustavo de Britto Freire Pacheco – MRE**; **Alessandro Cruvinel Fidelis** do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA; **Bruno Marangoni Martinelli** do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; **Paulo Cezar Garcia Brandão** e **Fernanda Carvalho Peixoto** do Ministério da Defesa – MD; **Maria Aldete Fonseca** do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA; **Rafael De Sá Marques** do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC; **Matias Rebello Cardomingo** e **Camila Stefani De Sousa Silva** do Ministério da Fazenda – MF; **Maria Jocicleide Lima de Aguiar** do Ministério das Mulheres – MM; **Luis Gustavo Cardoso** do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA; **Ricardo Neves Romcy Pereira** e **Iuri Alves Gomes** do Ministério dos Povos Indígenas – MPI; **Juliana Junqueira** e **Maria Izabel Soares Gomes da Silva** do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; **Marília Marques Guimarães Marini** do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio; **Leonardo Tavares Salgado** do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ; **Paul Joseph Dale** da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA; **Marçal Fortes Silveira Cavalcanti** da Associação Nacional dos Órgãos Municipais de Meio Ambiente – ANAMMA; **Gustavo Macedo De Mello Baptista** da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; **Carlos Alfredo Joly** da Academia Brasileira de Ciências – ABC; **Daniela Carneiro Maximo de Oliveira** e **Gustavo Taboada Soldati** do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Condraf; **Francilourdes Gonçalves dos Santos** do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP; **Mabel Francisca Fernandes de Almeida** da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB; **Nelson Ananias Filho** da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; **Mário Augusto de Campos Cardoso** e **Júlia Moreira Pupe** da Confederação Nacional da Indústria – CNI; **Lara Lage Sanches** da Rede Brasileira de Jovens pela Biodiversidade - GYBN Brazil; **Gustavo Rodrigues de Souza** e **Neila Maria Cavalcante da Silva** da Conservation International do Brasil, eleita para o bioma Amazônia; **Isabel Benedetti Figueiredo** da Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN, eleito para o bioma Cerrado; **Diego Igawa Martinez** da Fundação SOS Mata Atlântica, eleita para o bioma Mata Atlântica; **Alexandre José Diehi Krob** do Instituto Curicaca, eleito para o bioma Pampa; **Simone Fraga Tenório Pereira Linares** e **Cristina Farah de Tofoli** do Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ, eleito para o bioma Pantanal; **Michel de Souza Rodrigues dos Santos** e **Marina Ribeiro Correa** do Fundo Mundial para a Natureza WWF - Brasil, eleito para a Zona Costeira e Marinha.

## 2. APROVAÇÃO DA PAUTA.

A Pauta foi aprovada com os seguintes itens e distribuição de temas:

## Ata 73ª Reunião Ordinária da CONABIO

- 48 1 – Abertura
- 49 2 – Aprovação da Pauta
- 50 3 - Aprovação da Ata da 19ª Reunião Extraordinária da CONABIO
- 51 4 – Apreciação das metas nacionais de biodiversidade e das ações prioritárias para
- 52 o Plano de Ação e aprovação de recomendação da CONABIO
- 53 5 – Aprovação do calendário de reuniões para 2025
- 54 6 - Aprovação da Ata da 72ª Reunião Ordinária da CONABIO
- 55 7 – Outros assuntos: Informe da COP16 (MRE)
- 56 8 – Palavra aberta aos membros
- 57 9 – Encerramento

58

### 59 3. APROVAÇÃO DA ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA:

60 A Ata foi aprovada pela maioria dos membros, tendo abstenção da Academia  
61 Brasileira de Ciências.

62

### 63 4. APRECIÇÃO DAS METAS NACIONAIS DE BIODIVERSIDADE E DAS AÇÕES 64 PRIORITÁRIAS PARA O PLANO DE AÇÃO E APROVAÇÃO DE RECOMENDAÇÃO DA 65 CONABIO:

66 Os membros discutiram e contribuíram no texto de todas as Metas Nacionais de  
67 Biodiversidade, resultando dessa compilação, a Resolução CONABIO nº 9, de 28  
68 de novembro, de 2024. Que dispõe sobre as Metas Nacionais de Biodiversidade  
69 para 2030:

70 *A Comissão Nacional de Biodiversidade, no uso de suas atribuições legais*  
71 *conferidas pelo Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003, e pelo Decreto nº 12.017*  
72 *de maio de 2024, e considerando o Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998, o art.*  
73 *225, da Constituição Federal de 1988, o Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002,*  
74 *o Marco Global de Kunming-Montreal da Diversidade Biológica e o que consta no*  
75 *Processo Administrativo nº 02000.012309/2024-53, resolve:*

76 *Art. 1º Recomendar a adoção das Metas Nacionais de Biodiversidade para o*  
77 *período 2025 a 2030, de acordo com o anexo, como parte da Estratégia e Plano de*  
78 *Ação Nacionais para a Biodiversidade - EPANB, e propor a sua implementação pelo*  
79 *poder público federal, com a cooperação voluntária dos Estados e do Distrito*  
80 *Federal, dos Municípios, de organizações da sociedade civil e de entidades*  
81 *privadas.*

82 *Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.*

83

### ANEXO

84 *Meta 1A - Promover o planejamento espacial para reduzir a perda de*  
85 *Biodiversidade*

86 *Assegurar que toda a extensão do território nacional (continental, costeira e*  
87 *oceânica) esteja sob um processo de planejamento espacial e gestão territorial*  
88 *participativo, integrado e com base ecossistêmica, abordando a mudança do clima*  
89 *e mudanças no uso da terra, das águas continentais e dos oceanos, propiciando o*  
90 *seu uso e ocupação em bases sustentáveis, de maneira que o território seja*  
91 *saudável, biodiverso, resiliente, seguro e produtivo, considerando as*  
92 *vulnerabilidades e potencialidades existentes, a fim de que a perda de áreas*  
93 *importantes para a biodiversidade, a sociobiodiversidade, e os serviços*  
94 *ecossistêmicos, seja próxima de zero até 2030, considerando as Áreas e Ações*

## Ata 73ª Reunião Ordinária da CONABIO

*Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira e a necessidade de consulta livre, prévia e informada, de acordo com a OIT 169, bem como o reconhecimento, demarcação e desintrusão de territórios, a povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, de acordo com os Decretos nº 6.040/2007, 8.750/2016 e 7.747/2012, e agricultores familiares e camponeses e beneficiários da reforma agrária, de acordo com a Lei nº 8.629/1993.*

*Meta 1B - Zerar o desmatamento e a conversão da vegetação nativa para reduzir a perda da biodiversidade*

*Zerar o desmatamento e a conversão de vegetação nativa, por meio da eliminação do desmatamento e da conversão da vegetação nativa ilegais e da compensação da supressão legal da vegetação nativa, prevenir e combater incêndios, combater a desertificação, atingir a neutralidade da degradação de terras, até 2030, mediante o fortalecimento da implementação da Lei nº 12.651/2012, a implementação dos Planos de Prevenção e Combate ao Desmatamento e Queimadas, o estabelecimento de instrumentos econômicos de valorização da bioeconomia e da vegetação nativa conservada, incluindo pagamento por serviços ambientais, previsto na Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (Lei nº 14.119/2021 e sua regulamentação), e outros incentivos econômicos para a conservação, recuperação e uso sustentável da vegetação nativa, assim como outras políticas públicas de uso sustentável incidentes nos biomas brasileiros e no sistema costeiro-marinho.*

*Meta 2 - Restaurar os ecossistemas*

*Assegurar, até 2030, que pelo menos 30% das áreas degradadas e/ou alteradas de cada bioma e do sistema costeiro-marinho, com atenção aos maretórios, contemplando a representatividade dos ecossistemas terrestres, aquáticos e da zona costeira e marinha, estejam em processo de restauração efetiva, com vistas a garantir a integridade ecológica; a recuperação e incremento da biodiversidade nativa, das funções e dos serviços ecossistêmicos; a ampliação da conectividade da paisagem e o combate à desertificação, priorizando a restauração de áreas que fornecem serviços ecossistêmicos críticos e salvaguardando os costumes, tradições, crenças e línguas dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, e agricultores familiares e camponeses.*

*Meta 3 - Conservar e manejar os ecossistemas*

*Conservar e manejar efetivamente, até 2030, pelo menos 80% do bioma Amazônico e 30% de cada bioma, incluindo suas águas continentais, e 30% do sistema costeiro-marinho, com atenção aos maretórios, especialmente nas Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, nas áreas de importância para a sociobiodiversidade e nas áreas importantes para a manutenção das funções e serviços ecossistêmicos, por meio da ampliação, incluindo demarcação e regularização territorial, gestão e monitoramento de um sistema de áreas protegidas ecologicamente representativo, bem conectado, equitativamente governado e integrado a paisagens terrestres e marinhas mais amplas e ao oceano, que abrange o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, as terras indígenas, os territórios quilombolas, os territórios de povos e comunidades tradicionais, as áreas de preservação permanente, reservas legais e porções dos Assentamentos Ambientalmente Diferenciados com vegetação nativa, bem como*

outras medidas efetivas de conservação baseadas em área, reconhecendo soluções baseadas na natureza para a conservação e manejo dos ecossistemas.

*Meta 4 - Deter as extinções de espécies e a perda de variabilidade genética*

*Deter, até 2030, extinções induzidas pela ação humana, recuperar, conservar e preservar espécies silvestres<sup>1</sup>, em particular espécies ameaçadas de extinção e endêmicas, minimizando conflitos das interações negativas entre os humanos e a vida silvestre e permitindo a coexistência, bem como deter a perda e promover o incremento da diversidade genética dentro e entre populações de espécies silvestres e domesticadas, incluindo variedades e raças crioulas e parentes silvestres, para manter e ampliar seu potencial adaptativo e diversidade funcional, utilizando estratégias de conservação in situ, on farm e ex situ e de uso sustentável, assegurando a participação e respeitando as práticas e os modos de vida tradicionais dos povos indígenas, dos povos e comunidades tradicionais e dos quilombolas e dos agricultores familiares e camponeses.*

*Meta 5 - Promover o uso e o comércio sustentável*

*Assegurar que o uso, a coleta e o comércio das espécies silvestres seja sustentável, seguro e legal, e fortalecer as políticas nacionais para o combate, até 2030, aos ilícitos contra a fauna e flora e à biopirataria e elaborar e implementar políticas públicas que promovam a proteção, defesa e direitos animais, a redução dos riscos zoonos e fitossanitários, ambientais e climáticos, aplicando a abordagem de "Uma Só Saúde" e a abordagem ecossistêmica, vedadas as práticas que submetam os animais à crueldade, respeitando os animais como sujeitos de direitos e a dignidade animal, e respeitando e protegendo o uso sustentável consuetudinário por povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e dos agricultores familiares e camponeses, conforme seus costumes, cosmovisão, cultura e modos de vida.*

*Meta 6 - Reduzir a introdução e os impactos das espécies exóticas invasoras*

*Reduzir, até 2030, em pelo menos 50%, as taxas de introdução e o estabelecimento de espécies exóticas invasoras conhecidas ou potenciais, e erradicar ou controlar espécies exóticas invasoras, eliminando, minimizando, reduzindo ou mitigando as vias de introdução e seus impactos sobre a biodiversidade e serviços ecossistêmicos, especialmente em áreas sensíveis ou prioritárias, como ilhas, territórios tradicionais e ancestrais, comunidades isoladas e áreas protegidas, mediante a implementação e monitoramento da Estratégia e do Plano de Ação Nacional para Espécies Exóticas Invasoras e da Lista de Pragas Quarentenárias Presentes e Ausentes.*

*Meta 7 - Reduzir a poluição e seus impactos sobre a biodiversidade*

*Reduzir, até 2030, todas as fontes de poluição, bem como seus riscos e os impactos negativos, para níveis que não sejam prejudiciais à biodiversidade, à sociobiodiversidade e às funções e serviços ecossistêmicos, considerando seus efeitos cumulativos, com a redução da metade da perda de nutrientes para o meio ambiente, incluindo métodos mais eficientes de ciclagem e uso de nutrientes; a redução da metade do risco geral proveniente do uso de agrotóxicos, usados em desacordo com boas práticas agrícolas, inclusive por meio do manejo integrado de pragas e do uso de bioinsumos a redução da metade do risco proveniente de substâncias químicas altamente perigosas como o mercúrio; a redução de emissões de poluentes industriais, de transportes e de contaminantes ambientais*



189 relevantes; e a redução, trabalhando para a eliminação, da poluição por plásticos,  
190 inclusive no ambiente marinho.

191 *Meta 8 - Minimizar o impacto da mudança do clima sobre a biodiversidade*

192 *Minimizar o impacto da mudança do clima e da acidificação dos oceanos*  
193 *sobre a biodiversidade e a sociobiodiversidade e aumentar a sua resiliência,*  
194 *incluindo o uso de abordagem ecossistêmica e/ou soluções baseadas na natureza,*  
195 *levando em consideração estratégias de adaptação e mitigação que contribuam*  
196 *para a adaptação da biodiversidade, da sociobiodiversidade e do combate à*  
197 *desertificação, com atenção aos eventos e situações de emergência climática,*  
198 *priorizando o estabelecimento e a implementação de uma Rede Nacional de*  
199 *Conectividade que cubra pelo menos 30% do território nacional, continental*  
200 *terrestre e aquático e do sistema costeiro-marinho, abrangendo ações de*  
201 *conservação, restauração e recuperação da biodiversidade, prioritariamente do*  
202 *sistema de áreas protegidas, corredores ecológicos e mosaicos de áreas*  
203 *protegidas, bem como a demarcação de territórios tradicionais e a identificação e*  
204 *proteção de refúgios climáticos e demais áreas importantes para a adaptação da*  
205 *biodiversidade à mudança do clima (com destaque para ecossistemas que*  
206 *contribuem para a mitigação e adaptação frente à mudança do clima), promovendo*  
207 *a transição para uma economia de baixo carbono inclusiva, seguindo os princípios*  
208 *da justiça climática, combatendo o racismo ambiental, e ampliando e fortalecendo*  
209 *a participação das comunidades locais de povos indígenas, povos e comunidades*  
210 *tradicionais, agricultores familiares e camponeses, inclusive por meio da consulta*  
211 *livre, prévia e informada, e em acordo com os Decretos nº 6.040/2007 e 8.750/2016*  
212 *e a OIT 169.*

213 *Meta 9 - Promover o uso sustentável da biodiversidade e a bioeconomia*

214 *Assegurar, até 2030, que o manejo e o uso da biodiversidade sejam*  
215 *sustentáveis, evitando a sobre-exploração e garantindo, no longo prazo, a*  
216 *manutenção das populações locais e das espécies, com pesquisa, inovação,*  
217 *fortalecimento do manejo comunitário e/ou tradicional e agregação de valor em*  
218 *cada região, que proporcionem benefícios sociais, econômicos e ambientais para*  
219 *as pessoas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade e as que mais*  
220 *dependem da biodiversidade, por meio da elaboração, até 2025, e implementação*  
221 *e monitoramento, até 2030, do primeiro ciclo do Plano Nacional de*  
222 *Desenvolvimento da Bioeconomia, no âmbito da Estratégia Nacional de*  
223 *Bioeconomia, e de outros instrumentos e iniciativas relacionadas, incluindo o*  
224 *pagamento por serviços ambientais; a Política Nacional de Combate à*  
225 *Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca; a Farmacopeia Popular do Brasil,*  
226 *bem como priorizando a economia solidária, valorizando e fortalecendo a*  
227 *sociobiodiversidade, o conhecimento tradicional associado e o uso*  
228 *consuetudinário, baseados na cosmovisão, línguas, culturas e modos de vida dos*  
229 *povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e*  
230 *camponeses e beneficiários da reforma agrária.*

231 *Meta 10A - Promover atividades produtivas sustentáveis*

232 *Assegurar, até 2030, que as áreas de agricultura, pecuária, aquicultura e*  
233 *silvicultura sejam manejadas de maneira sustentável e integradas à paisagem,*  
234 *considerando a intensificação sustentável, sistemas agroflorestais, sistemas*  
235 *agroecológicos, a agricultura regenerativa, entre outros, conforme compromissos*

*assumidos pelo país para a sustentabilidade da agricultura, da aquicultura e dos sistemas alimentares na Declaração Ministerial do GT do G20 de 2024, realizada em Mato Grosso, contribuindo para a resiliência e eficiência de longo prazo, melhoria da produtividade destes sistemas de produção, a segurança alimentar e nutricional, a segurança energética e o equilíbrio ambiental e climático, bem como evitando a conversão de ecossistemas naturais para novas áreas de produção, conservando, restaurando e manejando a biodiversidade e mantendo as contribuições da natureza para as pessoas e o cumprimento da função social da propriedade rural prevista na Constituição Federal.*

*Meta 10B - Promover a sustentabilidade na pesca extrativa e na extração de bioinsumos aquáticos*

*Assegurar, até 2030, que toda a atividade pesqueira extrativa, continental, costeira e marinha, bem como a atividade extrativa de bioinsumos aquáticos, sejam manejadas de forma sustentável e, quando aplicável, a partir da abordagem ecossistêmica, considerando os impactos da mudança do clima e as condições ambientais para a manutenção do ciclo de vida dos organismos alvo das atividades extrativas, conforme compromissos assumidos pelo país para a sustentabilidade da pesca e dos sistemas alimentares na Declaração Ministerial do GT do G20 de 2024, realizada em Mato Grosso, visando a recuperação e manutenção dos estoques pesqueiros, no mínimo, em níveis sustentáveis de exploração e promovendo a proteção dos recursos aquáticos vivos e seus ecossistemas, com base nas melhores informações disponíveis, tanto científicas quanto provenientes do conhecimento tradicional, bem como visando a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais ligadas às atividades pesqueiras, compatibilizando a preservação ambiental e a conservação da biodiversidade com o desenvolvimento social e econômico das atividades de pesca, por meio de abordagens que contribuam com a eficiência, resiliência, produtividade de longo prazo, segurança alimentar e nutricional, conservação e recuperação da biodiversidade e das funções e serviços ecossistêmicos, que mitiguem os impactos da aquicultura e da pesca industrial sobre a pesca artesanal, e que assegurem os direitos e respeitem os valores culturais e tradicionais dos pescadores artesanais.*

*Meta 11 - Proteger e recuperar os serviços ecossistêmicos*

*Restaurar e manter, até 2030, os serviços ecossistêmicos de provisão, de suporte, de regulação e culturais; mapear, valorar e monitorar, até 2030, a oferta, demanda, provisão e déficits por bioma e sistema costeiro-marinho de serviços ecossistêmicos prioritários, tais como a regulação do ar, da água e do clima, a saúde dos solos, a polinização, o controle biológico de pragas, a redução do risco de surtos de pragas e doenças e a proteção contra riscos e desastres naturais; instituir, até 2026, uma política nacional de proteção dos polinizadores; e regulamentar, até 2025, a Lei da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (Lei nº 14.119/2021); para ampliar e potencializar as contribuições e benefícios da natureza para as pessoas, favorecendo em particular aquelas em situação de vulnerabilidade social e povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e camponeses.*

*Meta 12 - Ampliar e fortalecer os espaços verdes e azuis urbanos*

*Ampliar, até 2030, a área, a qualidade, a conectividade, o acesso e os benefícios de espaços verdes e azuis nas cidades, com uso de espécies nativas,*

priorizando municípios de regiões metropolitanas e aqueles mais vulneráveis aos impactos da mudança do clima, e especialmente incentivando intervenções nas áreas densamente povoadas, periferias e bairros com déficit de áreas verdes e de arborização urbana, por meio da implementação e monitoramento do Programa Cidades Verdes Resilientes e da difusão, aprimoramento e ampliação do Cadastro Ambiental Urbano; e garantir, até 2030, meios para que os espaços verdes e azuis sejam integrados a planejamentos urbanos inclusivos e participativos, potencializando a biodiversidade, os serviços ecossistêmicos, o bem-estar e o bem-viver em áreas urbanas e periurbanas, reduzindo a vulnerabilidade aos impactos da mudança do clima, respeitando territórios e conhecimentos tradicionais.

*Meta 13 - Promover o acesso e a repartição de benefícios*

*Implementar, monitorar e operacionalizar, até 2030, a Lei nº 13.123/2015, por meio da adoção, implementação e aperfeiçoamento de medidas jurídicas, políticas, normativas, administrativas, sistêmicas e de formação eficazes, em todos os níveis, para assegurar a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e de informações digitais de sequências genéticas, facilitando o acesso ao patrimônio genético e assegurando o acesso adequado ao conhecimento tradicional associado, mediante consentimento livre, prévio e informado da população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional; e aumentar, até 2030, progressiva e significativamente, em pelo menos 30% os benefícios repartidos decorrentes de exploração econômica de produto acabado e material reprodutivo, inclusive com as informações digitais de sequências genéticas; com rastreabilidade e divulgação de dados agregados de acesso e repartição de benefícios praticados.*

*Meta 14 - Integrar os valores da biodiversidade nas políticas públicas e nas contas nacionais*

*Assegurar, até 2030, a plena integração da biodiversidade e da sociobiodiversidade e seus múltiplos valores, incluindo valores ambientais, econômicos, sociais e culturais, em políticas, programas, planos e projetos de desenvolvimento e em estratégias de erradicação da pobreza e da fome, e conforme apropriado por meio de contas econômicas ambientais, em todos os setores, avaliações ambientais estratégicas, avaliações de impacto ambiental, análises de risco climático, programas de pagamento por serviços ambientais, estratégias de mitigação e adaptação à mudança do clima, para que a gestão do uso dos recursos biológicos e dos serviços ecossistêmicos seja assegurada na tomada de decisão dentro e entre todos os níveis de governo e entre todos os setores econômicos, em particular aqueles com impactos significativos à biodiversidade e à sociobiodiversidade, alinhando progressivamente todas as atividades públicas e privadas relevantes e os fluxos fiscais e financeiros com os objetivos e metas da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade - EPANB, considerando os direitos dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e camponeses.*

*Meta 15 - Promover atividades empresariais sustentáveis*

*Adotar, até 2030, políticas públicas e medidas legais e administrativas claras, objetivas e adaptadas à realidade brasileira para regulamentar, incentivar e*

## Ata 73ª Reunião Ordinária da CONABIO

329 *viabilizar que as empresas, em particular as de grande porte e transnacionais, e as*  
330 *instituições financeiras:*

331 *a) avaliem, divulguem e monitorem de forma periódica, com transparência,*  
332 *seus riscos, dependências, impactos sobre a diversidade biológica e*  
333 *oportunidades associadas ao longo de suas operações, cadeias de valor e carteiras*  
334 *de projetos;*

335 *b) forneçam as informações necessárias aos consumidores, a fim de*  
336 *promover padrões de consumo sustentáveis; e*

337 *c) reportem sobre o cumprimento de regulamentações sobre o acesso e*  
338 *repartição de benefícios, quando aplicáveis;*

339 *com o objetivo de reduzir gradualmente os impactos negativos e aumentar*  
340 *os impactos positivos sobre a biodiversidade e a sociobiodiversidade; promover a*  
341 *bioeconomia; e assegurar que as empresas, em particular as de grande porte e*  
342 *transnacionais, e as instituições financeiras fomentem e desenvolvam ações que*  
343 *garantam padrões de produção sustentáveis que contribuam com a*  
344 *implementação das metas nacionais de biodiversidade; de forma a contribuir para*  
345 *a transformação ecológica da economia, conforme previsto no pacto dos três*  
346 *poderes, e, quando pertinente, considerando a consulta livre, prévia e informada a*  
347 *povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e seus protocolos relevantes.*

348 *Meta 16 - Incentivar o consumo sustentável e reduzir a geração de resíduos*  
349 *Sensibilizar, incentivar e capacitar, até 2030, as pessoas e as empresas a*  
350 *fazerem escolhas de produção e consumo sustentáveis, para reduzir o desperdício*  
351 *de alimentos, o consumo excessivo e a geração de resíduos, de maneira equitativa*  
352 *e inclusiva, prioritariamente dos setores com maior impacto sobre a*  
353 *biodiversidade, para que todas as pessoas vivam bem, em harmonia com a*  
354 *natureza.*

355 *Meta 17 - Promover medidas de biossegurança*

356 *Fortalecer, até 2030, a capacidade de implementação de medidas de*  
357 *biossegurança no desenvolvimento e uso das biotecnologias, no âmbito da Política*  
358 *Nacional de Biossegurança, conforme o artigo 8(g) da Convenção sobre*  
359 *Diversidade Biológica, e medidas para a manipulação da biotecnologia, incluindo e*  
360 *reconhecendo a importância do conhecimento tradicional e ancestral para a*  
361 *biotecnologia, e a distribuição de seus benefícios conforme o artigo 19 da*  
362 *Convenção, mediante o alinhamento com a Comissão Técnica Nacional de*  
363 *Biossegurança - CTNBio considerando o novo Marco Global Kunming-Montreal da*  
364 *Diversidade Biológica, mantendo o fomento público a pesquisas científicas sobre*  
365 *impactos das biotecnologias e capacitação sobre melhores práticas em*  
366 *biossegurança; promovendo a manutenção da integridade genética da*  
367 *biodiversidade, incluindo a de parentes silvestres, e integridade física das*  
368 *sementes de variedades crioulas e raças crioulas.*

369 *Meta 18 - Eliminar subsídios prejudiciais e aumentar incentivos positivos*  
370 *para a biodiversidade*

371 *Identificar e hierarquizar, até 2026, e revisar, reduzir ou eliminar, até 2030,*  
372 *de forma justa e efetiva, subsídios e incentivos econômicos e fiscais diretamente*  
373 *prejudiciais à biodiversidade, começando pelos incentivos mais prejudiciais*  
374 *proporcionalmente ao Produto Interno Bruto nacional, contribuindo para o alcance*  
375 *da meta global de pelo menos US\$ 500 bilhões por ano até 2030; e aumentar*



*proporcionalmente incentivos positivos para a conservação, recuperação e uso sustentável da biodiversidade e da sociobiodiversidade, nos diferentes ecossistemas e na área urbana e periurbana, com a participação ativa de organizações da sociedade civil e de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e camponeses.*

*Meta 19 - Aumentar o financiamento para a implementação da EPANB*

*Elaborar e iniciar, até 2026, a implementação e monitoramento de estratégia nacional de financiamento da EPANB, com reflexo no apoio às Estratégias e Planos de Ação Estaduais para a Biodiversidade - EPAEBs e Estratégias e Planos de Ação Locais para a Biodiversidade - EPALBs elaboradas, para aumentar substancialmente e proporcionalmente ao Produto Interno Bruto nacional, contribuindo para o alcance da meta global de pelo menos US\$ 200 bilhões por ano até 2030, o volume de recursos financeiros, de fontes nacionais e internacionais, públicas e privadas, para a implementação da EPANB, particularmente mediante a mobilização de orçamento federal, complementados com orçamento estadual e municipal, a captação de recursos externos, a criação de incentivos públicos e privados para a biodiversidade e para a sociobiodiversidade, e o fomento a ações coletivas de acesso a recursos de forma direta dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e camponeses às fontes de financiamento, com resguardo às salvaguardas socioambientais e ao protagonismo dos povos.*

*Meta 20 - Promover a capacitação e a cooperação para a biodiversidade*

*Fortalecer, até 2030, a formação, a capacitação, o desenvolvimento, o acesso, o intercâmbio e a transferência de tecnologia e promover o desenvolvimento e acesso à inovação e à cooperação técnico-científica nacional e internacional relacionadas à biodiversidade, mediante a identificação, fomento, implementação e monitoramento de programas, projetos e atividades de cooperação científica, técnica e de promoção dos conhecimentos e dos saberes tradicionais e ancestrais e de metodologias e estratégias apropriadas de conservação, manejo e uso sustentável da sociobiodiversidade.*

*Meta 21 - Promover o acesso a dados, informações e conhecimento*

*Assegurar, até 2030, a produção, qualificação, acessibilidade, interoperabilidade e capacidade de reuso de dados, informações e conhecimentos sobre a biodiversidade brasileira, considerando diferentes escalas territoriais e fontes de dados, inclusive os repositórios de dados brutos, de forma a orientar políticas públicas, promover a governança eficaz e equitativa e a gestão integrada e participativa de dados da biodiversidade e da sociobiodiversidade, e fortalecer a comunicação, conscientização, educação, monitoramento, pesquisa e gestão do conhecimento, garantindo seu benefício coletivo e com a participação dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e camponeses na sua governança, conforme a legislação nacional e obrigações internacionais relevantes, assegurar que os conhecimentos tradicionais, inovações, práticas e tecnologias dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e camponeses somente sejam acessados com o consentimento livre, prévio e informado e com a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes.*

Meta 22 - Assegurar para todos a participação na tomada de decisão e o acesso à justiça

Implementar e monitorar, até 2030, políticas públicas para assegurar aos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e camponeses, considerando a consulta livre, prévia e informada, quando pertinente, e respeitando os seus direitos territoriais; assim como a mulheres e meninas, anciãos, crianças e jovens, pessoas com deficiência, com perspectiva de raça e etnia, e intergeracional:

(i) a representação, o protagonismo, e a participação plena, equitativa, inclusiva, efetiva nos espaços de negociação, na tomada de decisão e em instâncias de governança setoriais nas decisões relacionadas à biodiversidade;

(ii) o acesso à justiça, à formação e a informações relacionadas à biodiversidade;

Bem como assegurar, até 2025, a proteção integral dos defensores dos direitos humanos e ambientais, mediante a criação e implementação de medidas que tornem efetiva esta proteção.

Meta 23 - Assegurar a equidade de gênero na implementação da EPANB

Assegurar e promover, até 2030, (i) a equidade de gênero na implementação da EPANB, por meio de uma abordagem intergeracional, interseccional e sensível ao gênero, para que todas as mulheres e meninas e a população LGBTQIAPN+ tenham as mesmas oportunidades e capacidades para contribuir com os três objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica, incluindo o reconhecimento de sua igualdade de direitos e acesso à terra, territórios, maretórios, bens e recursos naturais e culturais e aos recursos financeiros; (ii) a sua participação e liderança plenas, equitativas, significativas, informadas e qualificadas em todos os níveis de ação, engajamento, política e de tomadas de decisões relacionados à biodiversidade e à sociobiodiversidade; e (iii) a equidade salarial nas cadeias da bioeconomia.

<sup>1</sup> Espécies silvestres referem-se exclusivamente a populações de espécies nativas da fauna, flora e de microrganismos, que ocorrem em ambientes terrestres florestais, campestres ou mistos e em ambientes aquáticos, continentais e/ou marinhos, excetuando-se populações domesticadas.

Por fim, o representante do MRE ponderou a necessidade de discussões mais amplas sobre o tema e ressaltou a necessidade de consulta ao Ministério de Minas e Energia. Destacou, ainda, que, da perspectiva as posições internacionais do Brasil, que tem buscado promover e valorizar fontes renováveis, a inclusão do tema deveria ser considerada com cautela:

Minimizar o Impacto de Empreendimentos de Energias Renováveis sobre a Biodiversidade e os Povos e Comunidades Tradicionais;

Minimizar os impactos dos empreendimentos de energias renováveis (solar e eólico) sobre a conservação da biodiversidade e sobre a vida dos povos e comunidades tradicionais, agricultores/as e camponeses/as tradicionais, assegurando a realização de estudos de impactos ambientais, sociais, econômicos e na saúde dos povos antes da implantação desses empreendimentos, assim como a realização da Consulta Livre Prévia e Informada de acordo com a OIT 169, mesmo em territórios tradicionais ainda não

## Ata 73ª Reunião Ordinária da CONABIO

regularizados e que o governo brasileiro priorize e subsidie empreendimentos de energias renováveis de cunho social, ou seja, onde os povos e comunidades tradicionais, agricultores/as e camponeses/as tradicionais sejam societários em um Modelo de Parceria e de Negócios Público Comunitário.

### 5. APROVAÇÃO DO CALENDÁRIO DE REUNIÕES PARA 2025:

A plenária aprovou as seguintes datas das reuniões ordinárias para o ano de 2025:  
02 e 03 de abril – 74ª Reunião Ordinária;  
25 e 26 de junho – 75ª Reunião Ordinária;  
10 e 11 de setembro – 76ª Reunião Ordinária.

### 6. APROVAÇÃO DA ATA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONABIO:

A Ata foi aprovada por unanimidade.

### 7. OUTROS ASSUNTOS: INFORME DA COP16 (MRE)

O Sr. **Gustavo de Britto Freire Pacheco** – (MRE) abordou a ampla agenda da COP16, destacando a inédita participação brasileira em volume e protagonismo, tanto no número de representantes quanto na liderança de decisões importantes. Informou que o Brasil participou ativamente de negociações, como a aprovação do DSI (Informações de Sequência Digital) e a criação de um órgão subsidiário para implementar o artigo 8J, focado em povos indígenas e comunidades tradicionais. Também houve destaque para a proposta conjunta Brasil-Colômbia sobre a valorização dos afrodescendentes. No entanto, desafios como a falta de compromisso de países desenvolvidos em relação ao financiamento das medidas da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) foram criticados, gerando tensões e suspensão da COP para continuidade futura (COP16.2). Relatou que o Brasil enfatizou a necessidade de articulação interna e protagonismo na implementação das decisões e enfrentamento às narrativas de doadores com contribuições insuficientes. Houve também valorização de programas de capacitação, como o Kuntari Katu, para fortalecer a participação social. Citou que o embaixador da República Democrática do Congo sugeriu condicionar a aprovação de decisões relacionadas a monitoramento e revisão, à aprovação de decisões financeiras, refletindo a importância de recursos para implementação. Representantes brasileiros criticaram a abordagem da presidência colombiana, que não tratou temas como DSI, monitoramento e financiamento como um pacote negociador, resultando em dificuldades nas negociações. Mencionou que a expectativa é retomar a COP16 priorizando a questão financeira e pressionar os países doadores, com a estratégia de que, sem avanço no financiamento, nenhum outro avanço será possível.

### 8. PALAVRA ABERTA AOS MEMBROS

O Sr. **Diego Igawa Martinez** (SOS Mata Atlântica) manifestou apoio das organizações da sociedade civil à aprovação da EPANB, destacando esforços realizados. O Sr. **Rafael de Sá Marques** (MDIC) elogiou a integração e coordenação entre ministérios brasileiros durante a COP16, destacando conquistas em negociações graças à coesão da delegação governamental, apesar de desafios impostos por países europeus. O Sr. **Carlos Alfredo Joly** (ABC) agradeceu a condução das discussões pelo MMA e destacou a importância da 11ª plenária da

## Ata 73ª Reunião Ordinária da CONABIO

516 IPBES, com o Brasil assumindo um papel de liderança. A Sra. **Marinez Ferreira de**  
517 **Siqueira** (JBRJ) valorizou a oportunidade de participação pela primeira vez na COP,  
518 apontando o aprendizado em entender mecanismos políticos e elogiando a  
519 mediação do Brasil em negociações internacionais. A Sra. **Neila Maria Cavalcante**  
520 **da Silva** (Conservation International) destacou a riqueza das discussões  
521 colaborativas e propôs a apreciação para a criação da Câmara Técnica para  
522 implementação do ProManguezais. Por fim, O Sr. **Bráulio Ferreira de Souza Dias**  
523 (DCBIO/SBIO/MMA) agradeceu a convergência nas discussões e o sucesso na  
524 deliberação das Metas Nacionais de Biodiversidade.

### 525 9. ENCERRAMENTO

526 Não havendo mais manifestações dos membros, a Sra. **Rita de Cássia Guimarães**  
527 **Mesquita** (SBIO/MMA) agradeceu a presença e colaboração de todos e encerrou a  
528 reunião.